

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N.º DE 2005 (Do Senhor Paulo Rubem Santiago)

Solicita a realização de uma audiência pública, juntamente com a Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público e que sejam convidados os Senhores representantes do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Previdência Social, da Casa Civil, os presidentes das entidades: Unafisco, Sinprofaz, Fenafisp e Anfip, para apresentar e discutir a proposta de fusão entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, bem como a criação de uma nova Secretaria.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex., ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada uma audiência pública, juntamente com a Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público e que sejam convidados os Senhores representantes do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Previdência Social, da Casa Civil, os presidentes das entidades: Unafisco, Sra. Maria Lúcia Fatorelli; Sinprofaz, Aldemário Araújo Castro; Fenafisp, Lupércio Machado Montenegro; Anfip, Marcelo Oliveira, a comparecerem a esta Casa para apresentar e discutir a proposta de fusão entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, bem como a criação de uma nova Secretaria.

JUSTIFICAÇÃO

O governo Federal está elaborando uma medida provisória criando um novo órgão arrecadador através da fusão entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária.

Segundo informações, essa fusão visa, ainda, implementar mudanças na administração gerencial, em moldes privados, com contrato de gestão e terceirização das atividades essenciais.

É certo que o sucesso da arrecadação depende de uma estrutura administrativa capaz de gerir com eficiência o processo de arrecadação das receitas tributárias.

Daí a necessidade de ouvirmos não só o governo, mas os representantes das entidades, os servidores que desenvolvem este trabalho. Precisamos também ter conhecimento das alterações propostas no que diz respeito ao processo arrecadatório.

Este mesmo assunto está também em discussão na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço com o requerimento n.º 141/2005 de autoria da Deputada Dra. Clair.

Vale ressaltar que a necessidade dessa audiência nesta Comissão é mais do que pertinente, tendo em vista a importância da arrecadação tributária para a sociedade brasileira.

Sala dos Comissões, de de 2005

**Deputado Paulo Rubem Santiago
PT /PE**